

20	100
Livro	Folhas

-----ATA N.º 1/2022-----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE
AOS DIAS VINTE E SEIS DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E
DOIS.** -----

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de José Manuel Pinto da Silva Casanova, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Carlos Ferreira Salgado e Maria Fernanda Gaspar de Moura, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
2. Apreciação e votação da ata 5ª Sessão Ordinária realizada em 04 de dezembro de 2021. -----
3. Apreciação e votação da ata da 1ª Sessão Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2021. -----
4. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é

conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

a) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Maria Vasques, no lugar de Ferreira do Zêzere, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

b) Colocação de sinal de trânsito, no caminho de acesso ao barco de S. Cristóvão, no lugar de Castanheira, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

c) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Joaquina Caseira, no lugar de São Jordão, sito na Freguesia do Bêco; -----

d) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Joaquina Caseira com a Rua Joaquim Alves, sito na Freguesia do Bêco; -----

e) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Brazão, no lugar da Ereira, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

f) Colocação de sinal de trânsito, na Rua da Ereira, sito na Freguesia de Águas Belas e Nossa Senhora do Pranto. -----

3. Apreciação e votação da Abertura de procedimento concursal de composição de Júri de recrutamento dos cargos dirigentes, em cumprimento do n.º 1 do art.º 13º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, na sua atual redação. -----

4. Apreciação e votação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental, do Mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa, do Mapa de Resumo Diário da Tesouraria, para efeitos de integração do Saldo de Gerência do Ano de 2021, nos

20	101
Livro	Folhas

termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

5. Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 1 (Receita e Despesa) e Revisão n.º 1 - Modificação às GOP-Grandes Opções do Plano (PPI-Plano Plurianual de Investimentos e AMR - Atividades mais relevantes), nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

6. Apreciação e votação da deliberação da Câmara Municipal para a Adesão do Município de Ferreira do Zêzere à ANAM (Associação Nacional das Assembleias Municipais), designando como representante do Município na ANAM, de acordo com os seus estatutos, o Presidente da Assembleia Municipal, de acordo com o estipulado no art.º 33º, n.º 1, alínea oo) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

7. Compromissos Plurianuais: -----

7a) Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1) efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artº 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Presenças: distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e dois dos seus membros, tendo-se registado a ausência da Deputada Municipal Marisa Alexandra Cotrim Silva que foi substituída pelo cidadão Jorge Manuel Godinho Ribeiro. Verificou-se também a ausência do Deputado Municipal Márcio Rafael Gomes Cabral, Presidente da União das Freguesias de Areias e Pias que foi substituído pelo cidadão António Marques de Oliveira que tomou posse nos termos da lei, para poder participar na Assembleia

Municipal. O Presidente da Assembleia Municipal informou que o eleito local Paulo Ferreira Rodrigues renunciou ao mandato devido a exercer funções junto do executivo, optando por esta atitude por motivos de natureza ética, a que não era obrigado por lei.-----

Antes de proceder à posse do membro seguinte da lista o Senhor Tiago Antunes, o Presidente da Mesa dirigiu-lhe algumas palavras pessoais, começando por dizer que era com muita honra para todos os elementos que se encontram naquela Assembleia contar com a sua presença, mencionando o seu exemplo de vida e a sua resiliência que como um motivo de orgulho para todos os presentes, um exemplo de como se deve comportar perante as adversidades da vida, esperando o seu contributo ao longo das próximas Assembleias, o que no fim das palavras do Senhor Presidente da Assembleia, tomou posse como novo membro da Assembleia Municipal o eleito local Tiago Miguel Antunes Godinho, que fez o seu juramento das funções que irá desempenhar.

A **Câmara Municipal** fez-se representar pelo Senhor Presidente Bruno José da Graça Gomes e pelos Vereadores Orlando da Silva Patrício, Ana Elisabete Farinha Ferreira e Dias Pereira, Hugo Miguel de Freitas Azevedo e Pedro Manuel dos Santos Alberto. -----

Abertura da Sessão: Eram quinze horas e dez minutos, quando, verificada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. -----

O Senhor Presidente da Assembleia antes de entrar no Período de Antes da Ordem do Dia procedeu à leitura de uma Moção apresentada pelos três membros da mesa que passou a ler na íntegra, "*Moção - Condenação à Invasão da Ucrânia.* -----

1 – Reconhecendo que as divergências e conflitos entre os Estados devem ser resolvidas, por meios diplomáticos e pacíficos; -----

2 – Respeitando o direito da Ucrânia como estado soberano, à sua independência e integridade territorial, e às suas fronteiras internacionalmente reconhecidas; -----

A Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, reunida em sessão ordinária a vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e dois, delibera: -----

- Condenar e repudiar a agressão e invasão perpetrada pelo Governo da Rússia, à revelia do Direito Internacional; -----

- Expressar a sua solidariedade para com o povo Ucrainiano, e o direito que lhe assiste de escolher, em democracia, o seu próprio destino, e de defender a sua liberdade, e a integridade do solo pátrio; -----

- Defender a retirada das forças agressoras, e uma solução que permita o regresso à paz; -----

- Manifestar a sua disponibilidade de acolhimento na medida das suas possibilidades às vítimas deste conflito, que dele precisem, e o solicitem; -----

Mais, decide, expressar um voto de pesar pelas vítimas desta guerra, guardando um minuto de silêncio em sua memória, e remeter a presente deliberação à Embaixada da Ucrânia em Portugal". Terminada a sua leitura questionou os presentes se alguém se opunha à apresentação da Moção apresentada, pelo que como ninguém se manifestou a mesma foi aprovada por unanimidade, o que logo de seguida foi feito um minuto de silêncio. De seguida o Deputado Municipal José Manuel Gomes Duarte representante do grupo parlamentar do PPD/PSD.CDS-PP, apresentou

também uma proposta de Moção no mesmo sentido assinada também pelos membros do partido PS que dizia o seguinte: *“O grupo apresenta à Assembleia a expressão da sua solidariedade ao Povo Ucrâniano pelos momentos difíceis e desumanos que estão a passar e convida toda a Assembleia a solidarizar-se com esta proposta que visa o enaltecimento dos valores que deve presidir à vida das nossas sociedades modernas e civilizadas”*, em que a mesma ficou registada nesta ata seguindo então para a embaixada da Ucrânia em Portugal a primeira moção lida.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia tomando a sua palavra referiu que todos os senhores deputados receberam a documentação, informando que estão registadas correspondências de algumas impossibilidades de presença nas Assembleias que passaram, bem como correspondência registada em função de convite de apresentação de cumprimentos de Boas Festas, que foi efetuado conjuntamente, entre a Presidência da Câmara Municipal e a Presidência da Assembleia Municipal, para as forças vivas do Concelho para vinte e dois de dezembro e uma série de correspondência em relação a um assunto que também se irá aprovar na Ordem de Trabalhos, sendo a participação ativa da Assembleia Municipal como membro na ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, não havendo na correspondência nada significativo para destacar. Questionou aos Senhores Deputados se se encontravam esclarecidos, pelo que não havendo nenhuma manifestação, ficou encerrado este ponto. -----

2. Apreciação e votação da ata da 5ª Sessão Ordinária realizada em 04 de dezembro de 2021. -----

20	103
Livro	Folhas

O Senhor Presidente da Assembleia começou por a ata de quatro de dezembro de dois mil e vinte e um, que de acordo com o combinado na última Assembleia foi enviada aos Senhores Deputados para evitar estar a ler quarenta e cinco páginas e que tinham acordado nesta forma de procedimento. Questionou então aos Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma alteração à mesma, pelo que não houve intervenções. -----

Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com vinte e um votos a favor e uma abstenção, aprovar a ata da 5ª Sessão Ordinária realizada em quatro de dezembro de dois mil e vinte e um. -----

Referiu ainda que a respetiva será assinada e libertada pelos serviços municipais para o site da Assembleia Municipal, onde ficará disponível para os cidadãos a poderem consultar. -----

3. Apreciação e votação da ata da 1ª Sessão Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2021. -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que esta sessão foi por via zoom, por via eletrónica, digital, devido à pandemia e questionou então aos Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma alteração à mesma. -----

A Deputada Municipal Sara Maria Cardoso Pallhim Diogo Ferreira, no uso da sua palavra, solicitou correção de algumas palavras/situações, nomeadamente na página três, onde dizia “distribuída a folha de presenças”, não estava correto pois a Assembleia foi on-line, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia corrigiu para “verificada a presença”. Continuou dizendo que na mesma página dizia que o Vereador Pedro Manuel dos Santos Alberto esteve presente, quando não esteve, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a respetiva correção, dizendo que recebeu efetivamente um email do Vereador Pedro Alberto a informar que não

estaria presente. Ainda no uso da palavra referiu que na página oito, a correção da palavra DGESTE que leva um e no fim e solicitou também a correção de Senhor Ministro por Senhora Ministra. Antes de terminar informou que não recebeu a documentação em papel, mas sim em formato digital, não sabendo se foi uma questão de sustentabilidade, se foi louva a Assembleia por essa situação, se não foi disse que não percebe porque não recebeu. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que foram cumpridos todos os procedimentos habituais e que se irá averiguar o que aconteceu. A Deputada Municipal Sara Diogo sugeriu que se questionasse os membros acerca de receber só em formato digital pelo que o Senhor Presidente da Assembleia informou que a Lei n.º 75/2013, obriga a que sejam entregues em papel. -----


Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com vinte e um votos a favor e uma abstenção, aprovar a ata da 1ª Sessão Extraordinária realizada em trinta de dezembro de dois mil e vinte e um. -----

4. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia no uso da sua palavra, começou por ler uma pequena declaração que segue na íntegra a seguir escrita: *“Nas passadas terças-feiras, quinze e vinte e dois de fevereiro, por iniciativa conjunta dos Presidentes da Câmara e da Mesa da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, reuniu um conjunto de responsáveis do Concelho, respetivamente com as administrações da COMAVE/MEIGAL e da BIOCOMPOST. A referida delegação contou com a presença do Adjunto Paulo Rodrigues, do técnico responsável pelo Ambiente Hugo Azevedo, do Coordenador da Proteção Civil, Pedro Mendes, do representante da Assembleia Municipal para a Proteção Civil, António Manuel de Jesus, e dos*

Presidentes das Juntas de Freguesia de Ferreira do Zézere e da União de Freguesias de Areias e Pias, para além dos Presidentes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. Estas reuniões, efetuaram-se, apesar da Câmara Municipal não ser entidade licenciadora quer para a exploração quer para o impacto ambiental das referidas empresas. A delegação Municipal, expressou, junto das empresas, a sua preocupação decorrente da atividade que realizam, dando voz às inúmeras queixas apresentadas pela população, bem como à manutenção arrastada desta situação, apesar das promessas de introdução de melhorias nos funcionamentos. Registou, todas as explicações e planos apresentados pelas administrações das empresas referidas, e vincou, que nenhum dos órgãos de soberania eleitos e em funções, abdicaria das suas atribuições legais de zelar pelo bem-estar ambiental e pela saúde das populações, assim como das suas competências em termos de ordenamento do seu território. Informou as empresas, que iria promover uma Assembleia Municipal Temática sobre Ambiente, endereçando convite a técnicos de reconhecida competência nestas matérias, bem como às entidades responsáveis pelos licenciamentos e sua fiscalização. Adiantou que tal Assembleia estaria pré-agendada para dia 2 de abril próximo". Disse ser uma breve declaração que resume aquilo que se passou, dizendo que no momento todos tínhamos que estudar este assunto até dia dois de abril de dois mil e vinte e dois para que nesse dia estarem todos conscientes e preparados para o discutir de forma transparente e de forma que defenda os interesses da população, não prejudicando aqueles que trabalham e vivem em torno daquilo tipo de atividade. -----

O Deputado Municipal, o Senhor José Manuel Duarte, no uso da sua palavra, questionou o que se espera da Assembleia num debate temático sobre o Ambiente, uma vez que é um órgão político, terminando assim a sua intervenção. -----



O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da sua palavra, esclareceu o Senhor Deputado dizendo que de acordo com as competências da Assembleia o que se espera, na sua opinião, e cumprindo a lei, que a Assembleia sirva de polo de discussão acerca do assunto de forma a que toda a informação relativa ao mesmo passe para domínio público, sendo uma das críticas, que os cidadãos poderão fazer a de não estar totalmente informados acerca deste problema. Continuou dizendo que havendo uma discussão sobre o tema e utilizando as vias que se dispõe, ficando gravado no site da Câmara, existiriam registos das afirmações o que permitiria no futuro o direito de avaliar o que foi dito. Disse ainda que para essa Assembleia Temática a vinda de entidades fiscalizadoras é muito importante na maneira de ver da mesa da Assembleia Municipal, pelo facto de que quando se faz uma inspeção, e sendo este um País sui generis, primeiro avisa-se e depois é que se vai ao local. A ideia de se colocar as entidades na Assembleia as entidades que emitem as licenças é que elas ouçam com a devida voz quais são os problemas que os cidadãos se debatem diariamente. Uma coisa é a vida do dia-a-dia, outra coisa é quando eles cá vêm naquela hora e meia fazer a inspeção. Referiu que só por este motivo já seria razão para se justificar a Assembleia, outros motivos seriam, e voltou a frisar que com as competências que a Assembleia tem, é responsável pelo ordenamento do seu território, de acordo com as decisões da Câmara e as deliberações da Assembleia, dizendo que um dos direitos que assiste à Assembleia é convocar um referendo local se for necessário sobre assuntos locais. A Assembleia tem efetivamente poderes para utilizar no seu exercício, desde que os interesses da população assim o exijam, e referiu que acima de tudo a transparência dessa discussão será fundamental para que os cidadãos fiquem dentro do assunto e devidamente informados, terminando assim o seu esclarecimento. -----

20	105
Livro	Folhas

O Deputado Municipal, o Senhor Nuno Ramalho, no uso da sua palavra, concordou com a Assembleia Temática sobre o Ambiente, questionado o Senhor Presidente se haveria possibilidade de ter acesso e de forma também a poderem se preparar para a Assembleia Temática, algum Relatório, ou documento que tenha saído da visita conjunta que fizeram em fevereiro, terminando a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomando uso da sua palavra, disse que ao longo das semanas anteriores a Câmara Municipal fez questão em juntar tudo o que era licenciamento, autos feitos à GNR, que foi entregue ao Município, comunicação do Município que foi entregue à DRAPLVT, dizendo que tem quatro pastas organizadas, dizendo se houver alguém que as queira consultar que estivesse à vontade, para perceber fisicamente o cronograma desde o início das duas empresas, a Comave e a Biocompost, para se perceber o que está em causa, o que é que o Município poderá fazer, o que já fez, podendo consultar se assim o entenderem, terminando assim o seu esclarecimento. -----

O Deputado Municipal, o Senhor Filipe Figueiredo, no uso da sua palavra, questionou se a Assembleia temática seria só para estas duas empresas, Comave e Biocompost, ou se também para outras entidades existentes no Concelho, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da sua palavra, e respondendo ao Senhor deputado Municipal, esclareceu que a Assembleia é temática sobre o “Ambiente”, mas ao referir-se às duas empresas o que está em causa foi acima de tudo o volume de queixas acumuláveis ao longo dos anos acerca da sua atividade. Disse que não há e que tenha conhecimento, mas só a Câmara Municipal poderá esclarecer queixas minimamente comparáveis com o volume que chegaram acerca daquelas duas empresas. Sendo óbvio que havendo outros problemas

ambientais poderão ser discutidos, e lembrou que acima de tudo irão discutir aqueles e à cerca dos quais como o Senhor Presidente da Câmara disse, existe um incontável número de queixas feitas pelos cidadãos ao longo dos anos, lembrando que só poderão ter noção de um atentado ambiental quando existe uma queixa. Referiu que se a empresa estiver legítima, se estiver a funcionar perante a lei, e tiver a licença de exploração e a licença ambiental, essa empresa cumprindo a lei, normalmente não existe queixas acerca dela, ao contrário das outras duas que tem havido muitas queixas, terminando assim o seu esclarecimento ao Senhor Deputado. -----

O Deputado Municipal, o Senhor António Manuel Henriques, no uso da sua palavra, referiu que é a favor destas Assembleias temáticas, sobre o tema “Ambiente” ou outras que sejam fundamentais para a população, fazendo-lhe mais sentido estes assuntos do que discutir e aprovar a colocação de sinalização que muitas vezes não sabem onde serão colocados. Disse que deverão ir por esse caminho e sempre que houver assuntos de importância para o bem da população, deverão fazer tudo o que for necessário, nem que seja pelo menos esclarecer as pessoas do que se fez, o que acabaram de fazer, e indo por outras vias se não puderem fazer mais, terminando assim a sua intervenção. -----

A Deputada Municipal, a Senhora Sara Diogo, no uso da sua palavra, disse que a Assembleia é extremamente interessante, questionando e na sequência da intervenção do Senhor Deputado Filipe Figueiredo, se outros assuntos poderiam ser levantados na altura ou se poderia ser colocados outros assuntos para o email do Senhor Presidente da Assembleia, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, respondendo à Deputada Municipal, informou que se enviarem para o email outros assuntos que envolvam o Ambiente e que ponham em risco, a saúde ambiental das populações que obviamente poderão ser

discutidos. A Deputada Municipal, a Senhora Sara Diogo intervindo disse que atendendo à situação de seca que se está a viver, e à situação do rio, que faria sentido também debater sobre esse assunto, mencionando também que diz muitas vezes aos seus alunos que essas questões ambientais, em vez de situações políticas são questões individuais, ao que o Senhor Presidente da Assembleia concordou plenamente. -----

O Senhor Presidente da Assembleia antes de entrar no Período da Ordem do Dia procedeu à leitura de uma reflexão que segue na íntegra: *“Cumprimento os senhores deputados municipais, o executivo e o público aqui presente, bem como a imprensa, agradecer à empresa de streaming com quem se fez um contrato para cobrir as Assembleias Municipais, o que é um avanço significativo naquilo que passam os cidadãos a dispor para poder ver e ter acesso a estes debates e expressar a alegria de nos podermos rever de forma presencial, apesar de termos de tomar todos os cuidados sanitários relativos à quinta onda pandémica que vivemos desde março de dois mil e vinte. Vamos assim continuar a ter os cuidados de distanciamento e de higiene das mãos, e de continuarmos a falar usando as máscaras. Neste momento, muito mais do que a honra de me encontrar a presidir a esta Assembleia, o facto de me encontrar outra vez em cima deste palco, envolve-me num turbilhão de emoções e de recordações. Aquilo que vivi, o que fiz e assisti, contribuíram de forma decisiva, para valorizar as minhas origens e para me sentir orgulhoso de ser ferreirense. Em mil novecentos e setenta e cinco, este edifício estava arruinado, e à beira do seu desmoronamento, e uma geração de jovens a que pertenci, forjou na sua amizade e na sua união, os passos necessários para impedir a total ruína e contribuiu para que hoje possamos estar aqui, neste edifício histórico, que mantém um quase total respeito arquitetónico pelo seu desenho original, e que representa*

uma época, e é um dos raros teatros-enfermaria existentes no país. As minhas primeiras palavras são de homenagem para essa força e empenho da juventude que conseguiram o milagre de mobilizar um concelho, e de incluir nessa homenagem um momento de particular emoção para os que já partiram, mas que estarão para sempre presentes, por direito próprio, neste espaço e nestas paredes. Este local, representa o que de melhor há em nós ferreirenses. Em momentos em que foi preciso congregiar os nossos concidadãos em torno de objetivos concretos, mas de relevância, os ferreirenses foram capazes de ultrapassar o que os divide, e unirem-se em torno desses objetivos. Foi assim, na fundação dos Bombeiros Voluntários, na fundação das Filarmónicas, das Associações Culturais e Desportivas e na defesa dos seus costumes e valores. Foi também assim neste edifício. Um ano após o vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro, tínhamos demolido, tudo o que estava em risco de cair, já não existia telhado nem vigamentos podres, e o palco tinha sido reconstruído. Tudo feito pelas mãos desses jovens com a ajuda voluntária de muitos populares que aqui vinham trabalhar gratuitamente após a saída dos seus empregos, e com o contributo, de comerciantes e de empresas. O teatro foi aberto a um primeiro espetáculo na noite de um de maio de mil novecentos e setenta e cinco. Exemplos do melhor das nossas vontades podem traduzir-se em poucas palavras: todos os proprietários dos cafés existentes na vila, trabalhando lado a lado, fizeram aqui um bar, servindo bebidas, bifanas e oferecendo toda a receita para a reconstrução do teatro. Havia um mar de gente para assistir ao espetáculo, que embora não conseguindo entrar, encheu o espaço envolvente, espreitando pelas portas, por locais mais elevados, e oferecendo dinheiro e dias de trabalho para essa obra de reconstrução. Nesses momentos de unidade de cidadania, as opções políticas de cada um, a sua vida pessoal, transcenderam-se na construção de

objetivos comuns. Recuso-me a acreditar que estes momentos da nossa história comum, sejam momentos do passado e que não passem de recordações felizes. Acredito, firmemente, que seguindo o exemplo dos seus representantes eleitos, quer nesta Assembleia, quer no executivo, e ainda nas Juntas de Freguesia, seguindo o exemplo de união em torno dos interesses dos cidadãos ferreirenses, não nos seja possível mobilizar os nossos concidadãos para construirmos um futuro melhor para todos nós. Penso ser possível unir os nossos concidadãos, para a intransigente defesa do ambiente, para a organização e estruturação da componente mais valiosa que possuímos, o turismo e o rio, para a recuperação do património edificado, impedindo a ruína de solares e quintas espalhadas pelo Concelho, e transcendermos na preservação da nossa história criando um museu. Todas estas atividades são urgentes, e são elas também capazes de criar oportunidades de criação de novas empresas e de novos empregos. Devemos unir os nossos esforços com as juntas de freguesia, para motivar o Concelho, no combate à solidão e lutar contra a pobreza, colaborando com as IPSS's. A definição de um plano estratégico para o Concelho é fundamental, e como já apontei antes, a capacidade de preparar de forma eficiente candidaturas a fundos europeus, e de captar investimentos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, dirigindo-os de forma capaz de complementar e incentivar a mobilização dos nossos concidadãos em torno dos objetivos atrás referidos, são uma tarefa dos órgãos de soberania eleitos. Vamos assim, desta forma unir vontades, e eleger também como uma função desta Assembleia a congregação de todos os esforços para mobilizar os cidadãos nestes projetos capazes de despertar o melhor que há em cada um de nós, em todos nós ferreirenses. Sejamos capazes de fomentar o orgulho em ser ferreirense, como parte integrante da nossa cidadania. Termino recorrendo a Fernando Pessoa. Matar o

sonho, é matarmo-nos. É mutilar a nossa alma. O sonho é o que temos de realmente nosso, de impenetravelmente e inexpugnavelmente nosso. Sejamos todos capazes de sonhar, e de contagiar no sonho as nossas famílias, os nossos amigos, os nossos concidadãos". Terminou assim a sua reflexão, antes de avançar com o Período da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomando o uso da palavra, dirigindo-se aos Senhores deputados, referiu que está bem explícita, e que estará disponível para qualquer informação que queiram com maior detalhe, intervindo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que não suscita grandes dúvidas, perguntando aos Senhores Deputados se tinham alguma dúvida, ao que o Senhor Deputado José Manuel Duarte questionou o Senhor Presidente se foi o próprio a elaborar a informação ou algum funcionário.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclarecendo ao Senhor Deputado José Manuel Duarte, informou que solicitam a todas as chefias que elaborem um resumo de todo o trabalho que envolve os técnicos e os políticos, o que juntando toda essa informação, referiu que o seu adjunto a terá de organizar, passando então para o Senhor Presidente, para fazer uma última leitura, para a sua validação, o que a acontecer será entregue aos membros da Assembleia Municipal. Referiu que não tem todo o tempo do mundo não podendo de todo e sendo informação extremamente importante, dizendo se fosse a trabalhar todos aqueles documentos, não fazia mais

nada, afirmando que está na Câmara para decidir, havendo um conjunto de trabalho burocrático e técnico que tem de delegar sendo humanamente impossível, terminando assim o seu esclarecimento, e o ponto devidamente apreciado. -----

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

a) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Maria Vasques, no lugar de Ferreira do Zêzere, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com vinte votos a favor e duas abstenções, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinal de trânsito, na Rua Maria Vasques, no lugar de Ferreira do Zêzere, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

b) Colocação de sinal de trânsito, no caminho de acesso ao barco de S. Cristóvão, no lugar de Castanheira, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere; ---

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com dezoito votos a favor e quatro abstenções, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinal de trânsito, no caminho de acesso ao barco de S. Cristóvão, no lugar de Castanheira, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

c) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Joaquina Caseira, no lugar de São Jordão, sito na Freguesia do Bêco; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinal de trânsito, na Rua Joaquina Caseira, no lugar de São Jordão, sito na Freguesia do Bêco. -----

d) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Joaquina Caseira com a Rua Joaquim Alves, sito na Freguesia do Bêco; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinal de trânsito, na Rua Joaquina Caseira com a Rua Joaquim Alves, sito na Freguesia do Bêco. -----

e) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Brazão, no lugar da Ereira, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinal de trânsito, na Rua do Brazão, no lugar da Ereira, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

f) Colocação de sinal de trânsito, na Rua da Ereira, sito na Freguesia de Águas Belas e Nossa Senhora do Pranto. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com vinte e um votos a favor e uma abstenção, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinal de trânsito, na Rua da Ereira, sito na Freguesia de Águas Belas e Nossa Senhora do Pranto. -----

3. Apreciação e votação da Abertura de procedimento concursal de composição de Júri de recrutamento dos cargos dirigentes, em cumprimento do n.º 1 do art.º 13º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, na sua atual redação. -----

O Senhor Deputado Municipal José Manuel Duarte no uso da sua palavra, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, questionou por que razão todos os membros do júri sejam funcionários em Tomar. -----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da sua palavra, esclareceu o Deputado Municipal, o Senhor José Manuel Duarte, dizendo que não eram só de Tomar mas também de Abrantes e que se poderia ter de outros Concelhos, informando e segundo a sua opinião, se alguém tem capacidade técnica para analisar a competência de um possível Chefe de Divisão também tem para todos os outros, e deu conta que enquanto for Presidente da Câmara não terão chefias em regime de substituição durante muito tempo, afirmando que há Câmaras Municipais que as têm durante anos, não concordando com essa situação e por uma questão de rapidez, de celeridade para este concurso, foi a maneira mais rápida de o tornar real,

esclarecendo por essa razão o júri sejam essas pessoas, terminando assim a sua intervenção. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com quinze votos a favor e sete abstenções, em cumprimento do n.º 1 do art.º 13º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, na sua atual redação, aprovar a abertura de procedimento concursal de composição de Júri de recrutamento dos cargos dirigentes. -----

4. Apreciação e votação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental, do Mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa, do Mapa de Resumo Diário da Tesouraria, para efeitos de integração do Saldo de Gerência do Ano de 2021, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental, do Mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa, do Mapa de Resumo Diário da Tesouraria, para efeitos de integração do Saldo de Gerência do Ano de 2021. -----

5. Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 1 (Receita e Despesa) e Revisão n.º 1 - Modificação às GOP-Grandes Opções do Plano (PPI-Plano Plurianual de Investimentos e AMR - Atividades mais relevantes), nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

20	110
Livro	Folhas

O Senhor Deputado Municipal, o Senhor Jorge Ponce de Leão de Castro, no uso da sua palavra, colocou uma questão que já tinha colocado na última Assembleia nomeadamente aquando da aprovação do Orçamento para dois mil e vinte e dois, e que tem a ver com uma alteração de dois milhões e quinhentos mil euros, e que não coloca em causa, exceto no aspeto em que mais de um milhão e quinhentos mil euros figuram como “outros”, não sabendo o que é que significam, dizendo que o que foi dito anteriormente era uma questão de contabilidade, sugerindo e por uma questão de transparência que se tentasse explicar um pouco melhor o que é aqueles “outros”, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, o Senhor José Manuel Duarte, no uso da sua palavra, começou por referir que há pouco tempo aprovou-se um orçamento, e neste momento já se está a aprovar uma retificação e dirigindo-se ao Vereador Orlando Patrício, questionou quem se enganou nas contas, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomando uso da sua palavra, começou por dizer que referente a este ponto o que está em causa de prenda com a transição de saldo do ano de dois mil e vinte e um e nada mais, em relação à situação de “outros”, o Senhor Presidente tinha explicado que dizia respeito a regras contabilísticas, passando a sua palavra ao Vereador Orlando Patrício, responsável pela área Financeira. O Senhor Vereador Orlando Patrício, começou por dizer que é uma questão pertinente e vai ter uma especial atenção a esse ponto, mas é uma questão contabilística que se resolve de certa maneira. Referiu que nesta revisão com a palavra “outros”, sendo classificações para vários artigos, fazendo parte do classificador. Referiu que fez uma análise a esta situação derivado a ter sido levantada dizendo que tem um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil, e vinte e sete euros, que têm na sua

designação “outros”, em que destas, cinquenta e três por cento, ou seja um milhão, cento e oitenta e um mil, estão nas GOP, em que se se fizer a análise cuidada daquelas classificações, em cada uma das PPI’s e AMR’s, estão lá descritas a que se destinam. Referiu que gostaria que a situação fosse clara e transparente. A ideia em termos contabilísticos não seria fazer orçamentos de cinquenta páginas em que se vai desdobrar as rubricas desta designação. E estando nas GOP, as atividades mais relevantes e no plano plurianual de investimento ficam identificadas, dizendo que existem outras situações, que não estão nas GOP, sendo que cento e cinquenta e seis mil dizem respeito e que estão nas transferências a efetuar para a Instituições sem fins lucrativos, e que ou estão em despesas correntes em transferências correntes, ou transferências de capital e só aí estão cento e cinquenta e seis mil euros. A situação irá ser recorrente, devido a que quando for apresentada a Prestação de Contas, esta situação estará lá refletida, dizendo que o plano de contas não iniciado com o orçamento apresentado e que já vem dos orçamentos anteriores. Mencionou que irá dar o seu melhor para que venha o mais claro possível e que poderão contar sempre com o Senhor Vice-Presidente para qualquer esclarecimento, e que é uma pessoa bom senso. Nesta altura o Deputado Municipal Jorge Ponce de Leão de Castro interveio dizendo que onde está descrito em Bens de Capital, se se colocasse à frente desse item, duas ou três situações mais importantes, o que já esclareceria muitas situações, em vez de ser só “outros” e como quem diz esta situação diz a questão dos investimentos, em geral todos aqueles que fazem o “grosso” da despesa, deixando assim o seu esclarecimento. O Senhor Vice-Presidente, referiu que o classificador em termos de contabilidade pública está associado, e quando se faz contabilidade orçamental, não se pode desassociar certas classificações económicas e o classificador é bastante redutor em muitas coisas, sendo muito específico em



20	111
Livro	Folhas

algumas e depois noutras que até são práticas de algumas entidades que são mais relevantes, é muito escasso. É discutível a situação dando valor às questões levantadas, dizendo que irá refletir melhor sobre essa situação e em termos de contabilidade vai tentar minimizar esse efeito, terminando assim o seu esclarecimento. -----

A Deputada Municipal, a Senhora Sara Diogo, no uso da sua palavra, começou por dizer que fica contente por perceber que existem bastantes pessoas com imensa experiência em Assembleias Municipais, o que não é caso da Deputada Municipal, sendo por isso colocou a questão de que ficou convencida na última Assembleia Municipal, que havia uma situação financeira um pouco mais grave em relação ao Município, dizendo que o Senhor Presidente tinha dito que faltava dinheiro para uma série de coisas, percebendo também que o orçamento de uma Câmara não tem rigorosamente nada a ver com um orçamento familiar, e ainda assim, continuou dizendo que lhe parece que dois milhões e meio de euros é muito dinheiro, e que se calhar devia fazer-se um louvor à gestão financeira do executivo anterior, pois a situação financeira não é assim tão má, dizendo que a sua visão está errada, pois não tem formação contabilística e que deve estar a ver mal as coisas, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomando uso da sua palavra, começou por dizer que não compartilha da opinião da Senhora Deputada Sara Diogo em nada, explicando que o saldo que transitou do ano passado vai servir em exclusivo para pagar obras que estavam já adjudicadas, querendo dizer que se o executivo anterior se não tivesse pago os dois milhões e meio de euros de créditos, que tinham os juros baixíssimos e tinham alguns a taxa zero, ou spread zero, e que se calhar até se podia avançar já este ano com um conjunto de investimentos que até pode ser fulcral para

o futuro do Concelho, referindo que o dinheiro que ficou e ainda bem que ficou é aquele que é necessário para pagar obras que o atual executivo não decidiu fazer, mas que por força da responsabilidade tem-nas que executar. Dirigindo-se à Deputada Municipal se essa situação é de louvar, o Senhor Presidente de Câmara como todos os outros que tem vindo a falar e com maior experiência autárquica que a dele, todos dizem que não foi de facto a melhor estratégia, pegar naquele dinheiro e pagar os empréstimos que eram perfeitamente sujeitos a gestão diária, e que dava a capacidade agora se tivessem esse montante, fazer um conjunto de obras sendo na sua opinião importantíssimas, mas foram opções do anterior executivo, que respeita, mas não pode deixar de considerar que foi uma boa estratégia por o Concelho perder nesta situação dois ou três anos por força de não terem aquele dinheiro em caixa, terminando assim o seu esclarecimento com a sua opinião em relação ao assunto exposto. -----

De volta à palavra a Deputada Municipal Sara Diogo, e tendo a ver com a gestão financeira das próprias finanças, dando o exemplo de que se deixasse contas para alguém, deixaria tudo pago, para quem viesse a seguir fizesse aquilo que bem entendesse, dizendo que se não tem empréstimos, os poderia fazer de acordo com as regras, ao que o Senhor Presidente da Câmara deixou duas questões, uma delas foi que se acharia que conseguiriam fazer um empréstimo agora nesta altura com as taxas que os outros empréstimos tinham, questionou e respondendo jamais. Outra questão foi se achava se fazia sentido fazer numa altura em que vive, créditos para obras que não são estruturais, ou se achava que fazia sentido fazer créditos para alcatroar estradas ao preço que o betuminoso está, dando estes exemplos. A Deputada Municipal interveio novamente dizendo que se recebesse qualquer coisa

20	112
Livro	Folhas

gostaria de receber contas limpas ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que não concorda.-----

O Deputado Municipal António Manuel Henriques de Jesus, interveio, e no uso da sua palavra, referiu que contas limpas é não deixar dívidas e não deixar encargos. Deu um exemplo no sentido que se está tudo pago, mas se existe um compromisso, não será com certeza uma conta limpa, sendo uma conta viciada, pois tem compromissos e tem que cumprir, deixando aqui o seu esclarecimento.-----

O Deputado Municipal José Manuel Duarte, interveio e no uso da sua palavra, referiu que quando um Presidente ou qualquer Presidente da Câmara se candidata e ganha umas eleições recebe um mandato popular para governar o Concelho, dizendo que tem de governar de acordo com o quadro financeiro e político no que irá implementar e financeiro que tem à data, sendo esta uma realidade, continuando que ninguém se pode queixar de uma gestão anterior, a menos que tenha sido uma gestão descuidada, desinformada e que tenha deixado um pacote de dívidas e problemas do “arco da velha”, reforçando que existem muitas câmaras onde essa situação acontece. Disse não sabendo quais as Câmaras com quem fala, mas disse que podia dar o exemplo de muitas, onde os Presidentes de Câmara eleitos herdaram problemas terríveis, Câmaras que estão um ano paralisadas com auditorias permanentes a realizarem-se para se perceber a extensão das dívidas e dos problemas que elas têm. Pensa que em Ferreira do Zêzere pese sempre a responsabilidade de uma alteração política do sistema em que as pessoas não têm essa experiência e estão a adquiri-la, pensando que a situação em Ferreira do Zêzere foi brilhante, explicando que se houve encargos, e haverá sempre encargos, e com certeza que o Senhor Presidente Bruno Gomes os irá deixar também, porque irá gerir a Câmara até ao último dia que seja conferido pelo mandato das pessoas, referindo que ele não está à espera que

quando terminar o seu mandato e que pense que irá perder as eleições, e irá pagar as dívidas todas, dizendo que não, ele irá gerir a Câmara até as pessoas dizerem se irá continuar ou não, o que é perfeitamente natural que deixe assuntos em suspenso. Se deixar receitas, verbas, para que esses encargos possam ser assumidos, é uma situação muito boa e favorável, terminando assim a sua intervenção. -----

O Deputado Municipal Nuno Ramalho, no uso da sua palavra, e no seguimento do assunto que estava a ser discutido lembrou que o assunto abordado relativo ao anterior executivo foi puxado pelo partido do PPD/PSD.CDS.PP e não pelo PS, mais concretamente pelo Senhor Presidente da Câmara. Disse que têm que olhar para o futuro, estando a ser feito um trabalho de gestão com as condições que vieram, e não ouviu dizer que não se gere porque houve estas ou aquelas situações, pelo contrário, tenta-se fazer o melhor, terminando assim a sua intervenção. -----

Tomando o uso da palavra novamente, o Senhor Presidente da Câmara disse que era uma questão de estratégia, dizendo que se fosse Presidente de Câmara não teria pago aquele crédito, explicando que entendia que quem viesse a seguir, deveria ter condições de liquidez para poder fazer o seu programa mais rápido que fosse possível. Não está a dizer que a Câmara está com uma parte financeira difícil, afirmando que não têm, mas considera que esse ato, e segundo ele, não foi bom para Ferreira do Zêzere, preferindo que tivessem liquidez nesta altura pois não a têm, e chamou a atenção daquilo que se falou na última Assembleia Municipal, em que houve um conjunto de intervenções em que iam questionando por que não estava esta, aquela obra, referindo mais uma vez que não têm liquidez, pelo que se perdeu pelo menos um ano, o fazer-se algum tipo de empréstimo e conseguir-se financiamento, e até para as obras que deixaram, que não estão financiadas, ou então será ainda bem pior, dizendo que se vai andar quatro anos a fazer muitíssimo pouco,

20	113
Livro	Folhas

sendo certo que irão fazer aquilo que propuseram fazer e que está no programa eleitoral. É uma questão de estratégia, dizendo que têm o maior respeito pelo anterior executivo e sendo que agora já conhece o Município por dentro já percebe um conjunto de situações que se foram fazendo, sendo certo que existe coisas que entende e outras que continua a não a entender, terminando assim a sua intervenção. - O Presidente da Assembleia Municipal, no uso da sua palavra e querendo fazer um pequeno comentário referente ao problema levantado dizendo que seria transversal a qualquer administração que tivessem vencido as eleições a vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e um, seja quem fosse a administração que entrou, quer fosse outra administração que se propunha a eleições seria um problema transversal, e estariam hoje com uma “mão esticada à caridade”, pois estarem a arranjar dinheiro a juros que não se conseguem hoje iguais aos que estavam antes, sendo essa a única situação discutível, se esses juros não se conseguindo, foi ou não ou boa tática fazê-lo, e estando os dois candidatos a Presidente da Câmara sentados na mesa do Executivo, estariam na Assembleia a discutir o mesmo problema perante a decisão que foi tomada. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com vinte votos a favor e duas abstenções, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar Revisão Orçamental n.º 1 (Receita e Despesa) e Revisão n.º 1 - Modificação às GOP-Grandes Opções do Plano (PPI-Plano Plurianual de Investimentos e AMR - Atividades mais relevantes). -----

6. Apreciação e votação da deliberação da Câmara Municipal para a Adesão do Município de Ferreira do Zêzere à ANAM (Associação Nacional das Assembleias Municipais), designando como representante do Município na

ANAM, de acordo com os seus estatutos, o Presidente da Assembleia Municipal, de acordo com o estipulado no art.º 33º, n.º 1, alínea oo) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomando uso da palavra, começou por informar que este ponto veio na sequência de uma deliberação já aprovada em Assembleia por unanimidade, sendo que a Câmara cabimentou a verba informando que está em conformidade para a Assembleia avançar com a Adesão do Município à ANAM. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, de acordo com o estipulado no art.º 33º, n.º 1, alínea oo) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a adesão do Município de Ferreira do Zêzere à ANAM (Associação Nacional das Assembleias Municipais), designando como representante do Município na ANAM, de acordo com os seus estatutos, o Presidente da Assembleia Municipal. -----

7. Compromissos Plurianuais: -----

7a) Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1) efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artº 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Não houve intervenções. -----

Tomaram conhecimento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia de seguida e antes de entrar no período de intervenção aberta aos cidadãos, aproveitou para anunciar aos membros da Assembleia, sendo que uma já tinha anunciado, a Assembleia Temática, fazendo o convite a todos os Deputados Municipais que se documentem e que procurem contribuir para a Assembleia em relação às suas esferas de conhecimento,

nomeadamente na área de interesse profissional e aos conhecimentos que tenham e possam trazer e enriquecer a discussão fundamental para que a Assembleia decorra com o espírito que a todos move que é informar os concidadãos do Concelho de Ferreira do Zêzere, e a segunda informar que no dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e dois, irá reunir a primeira Assembleia Municipal Jovem, constituída por jovens do Concelho de Ferreira do Zêzere, sendo que essa reunião decorrerá no Centro Cultural, deixando o convite aos Senhores Deputados Municipais para assistir se assim o desejarem, tendo muita honra se o fizessem, dizendo que iria incluir a Assembleia Municipal Jovem nesse dia, como parte das comemorações do quadragésimo oitavo aniversário do vinte e cinco de abril. De seguida informou que se encontra pré-agendada a próxima Assembleia Municipal ordinária para dia trinta de abril e respeitando o que lei predispõe de uma reunião no mês de abril, sendo essa reunião em Águas Belas, convidando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas para logisticamente tratar do espaço para receber os membros da Assembleia, Executivo e público em geral. -----

Ainda no uso da sua palavra e antes de passar a palavra aos cidadãos, referindo-se ao artigo trigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal aprovado pela Assembleia, que passou a ler na íntegra "*Participação dos Cidadãos. Ponto 1, em cada sessão ordinária e extraordinária da Assembleia Municipal haverá um período de intervenção aberto ao público, que não deverá exceder 30 minutos, com limite de 5 minutos por interveniente, e que terá lugar após a conclusão do período da ordem do dia; Ponto 2, destina-se única e exclusivamente à apresentação de assuntos de interesse municipal, bem como a formulação de pedidos de esclarecimento dirigidos à mesa, sendo que nas sessões extraordinárias a intervenção deve circunscrever-se aos assuntos previstos na ordem de trabalhos; Ponto 3, em caso de assunto*

relevante para o Município, o Plenário pode aprovar a prorrogação do prazo fixado, em termos de limite temporal; Ponto 4, o Cidadão que desejar intervir deve inscrever-se, até ao início do respetivo período, através de documento próprio fornecido pelo serviço de apoio ao plenário com menção do seu nome, morada e o assunto de que vai tratar; Ponto 5, a intervenção do público deverá ser feita em local apropriado, de modo que possa falar de frente para o plenário; Ponto 6, nas Sessões em que haja a intervenção dos cidadãos, aquando da sua inscrição, estes deverão ser devidamente informados, nos termos do acima referido e de acordo com o disposto no artigo 79.º do Código Civil, que se encontra disponível na mesa da Assembleia; Ponto 7, acautelando o seu prévio consentimento, o cidadão deverá assinalar no formulário de inscrição o campo: "Autorizo/não autorizo a filmagem e a transmissão áudio/vídeo em direto ou em diferido e online da minha imagem, em sede da reunião em que me inscrevo"; Ponto 8, o Presidente da Assembleia, de acordo com o número de Cidadãos a intervir, organiza a distribuição dos tempos; Ponto 9, o Cidadão deve produzir uma intervenção clara e sucinta, não se desviando do assunto para que se inscreveu; Ponto 10, a nenhum cidadão que esteja presente nas reuniões é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas; Ponto 11, o cidadão que interfira nas discussões e aplauda ou reprove as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, é advertido pelo Presidente da Assembleia a abster-se desse comportamento, sob pena de ter de abandonar a sala; Ponto 12, a violação reiterada do disposto no número anterior é punida com coima de € 150 a € 750, para cuja aplicação é competente o juiz da comarca, após participação do presidente da Assembleia; Ponto 13, a mesa dará resposta às perguntas formuladas; Ponto 14, se a mesa não

20	115
Livro	Folhas

estiver, de momento, habilitada a prestar os esclarecimentos solicitados dará a palavra ao presidente da Câmara Municipal, aos membros da Assembleia Municipal ou remeterá o assunto para a comissão permanente respetiva para acompanhamento e posterior resposta aos requerentes e informação ao plenário; Ponto 15, no caso da Câmara Municipal ou algum Membro da Assembleia desejar prestar informações ou esclarecimentos aos cidadãos intervenientes, será imediatamente aberto período destinado a esse fim cuja gestão é da responsabilidade da mesa; Ponto 16, o Presidente da Assembleia poderá solicitar ao cidadão interveniente um encontro para aprofundamento das questões colocadas; Ponto 17, das respostas dadas ao cidadão interveniente, deve a Assembleia Municipal ser informada; Ponto 18, a Ata da reunião deve referir as intervenções dos cidadãos e as respostas dadas". -----

Referiu que foi este o artigo aprovado no regimento, e que segue as normas emitidas pela Associação Nacional das Assembleias Municipais, no seu regimento tipo, enquadrando-se no espírito vigente da lei. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor Vítor Mendes solicitou o uso da palavra e procedeu à leitura da sua intervenção que segue na íntegra a seguir escrita: "Começo por me dirigir ao Senhor Deputado Municipal José Duarte. Numa das suas intervenções na Assembleia de quatro de dezembro de dois mil e vinte e um, disse e paço a citar: "O aumento do salário mínimo nacional vai levar as IPSS's do Concelho a dificuldades." Se eu bem entendi, disse o Senhor Deputado Municipal que o aumento do salário mínimo iria criar problemas às IPSS's. Então os trabalhadores dessas instituições, na opinião

do Senhor Deputado Municipal José Duarte, não têm o direito de ter um salário justo de acordo com as funções e responsabilidades que desempenham? Para o Senhor, o aumento dos ridículos quarenta euros, faz tal diferença, que até vai levantar dificuldades às IPSS's. O problema é outro, e não, do salário desses trabalhadores. Eu gostaria de ouvir o Senhor Deputado Municipal que se identifica como Social Democrata, apresentar nesta Assembleia uma proposta para que a Câmara Municipal estudasse a possibilidade de construção de um Lar, mas PÚBLICO, para acolher os cidadãos que na sua velhice dela possam vir a necessitar. Mas pelos vistos esta não será uma das suas preocupações, dá mais jeito o negócio. Os senhores atacam tudo o que é público, mas depois, recorrem ao público para pagar a fatura dos privados. Na minha intervenção na mesma Assembleia, levantei o problema dos maus cheiros da empresa Biocompost. O Senhor Presidente da Câmara disse que tinha visitado empresas com este problema. O Senhor Presidente bem pode fazer visitas todos os dias e a toda a hora porque o problema manter-se-á se não forem tomadas medidas que o resolvam". Acrescentou, questionando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal com a proposta do dia dois de abril, se será aberta à população, ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu afirmativamente. "O Senhor Deputado Municipal Jorge Castro que foi um dos promotores do abaixo assinado sobre a empresa Biocompost, ouviu a minha intervenção e, limitou-se a ouvir. Estranhei, pois o Senhor Deputado Municipal Jorge Castro e o Senhor Alberto, foram a minha casa apresentar-me o problema, e perguntar-me se eu não estaria disponível em assinar o abaixo assinado que foi mais tarde entregue no Ministério Público. Pelos vistos, o Senhor Deputado Municipal Jorge Castro já não sente o problema, como se este, já não existisse. Só que infelizmente o problema persiste. Pois é, as suas

preocupações agora devem ser outras, já é Deputado Municipal. Esta é a grande diferença entre aqueles que estão na política para servir, e os que estão na política para se servir. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, na mesma Assembleia, a resposta que me deu sobre os maus cheiros, foi que também tinha existido inspeção à empresa Comave e que estava tudo bem, mas que a empresa iria mudar alguma maquinaria. Estranho que uma empresa tenha tudo bem, e que faça mudança de maquinaria. Eu não conheço nenhuma empresa que se dê ao luxo de fazer investimentos em vão, pois, a finalidade de qualquer empresa, é o lucro. Registei a sua informação Senhor Presidente da Câmara, mas vou ficar atento até existir uma resposta clara e concreta, sobre os maus cheiros existentes no Concelho. Uma nota final. Na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Areias e Pias de vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e um, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia e Deputado Municipal, respondendo a uma pergunta sobre a ETAR de Areias, disse, que esta iria ser resolvida até ao final do ano pela empresa Tejo Ambiente. Espero que seja no ano de dois mil e vinte e dois, porque de promessas está o inferno cheio, e neste caso, já lá vão uns anos à espera da sua resolução. O Senhor Deputado Municipal, voltou a falar em valores. Eu quero dizer ao Senhor Deputado Municipal, que não crie mais confusão. O Senhor foi Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia, sabe muito bem, que os eleitos do seu partido onde o senhor está incluído, durante muito tempo apresentaram valores de cinquenta mil, cento e cinquenta mil, e cem mil euros. Os últimos números do Senhor Ex/Presidente da Câmara do seu partido aqui em Assembleia, foram de cem mil euros com projeto já aprovado pela Tejo Ambiente. Esta obra que cheira a mofo, já deveria estar concretizada há anos se a Câmara tivesse cumprido as suas obrigações. Aproveito para perguntar ao atual Senhor Presidente da Câmara, o que



pensa deste assunto. Deixo aqui uma chamada de atenção a todos os Senhores(as) Deputados Municipais e também a todos os Senhores(a) Vereadores. Com os dinheiros públicos não se brinca, e mais, tem de existir o máximo de rigor na sua aplicação e na informação que é transmitida aos cidadãos. Creio que já chega de trapalhadas. Tenho dito". -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomando uso da sua palavra, agradeceu a intervenção do Senhor Vítor Mendes, dizendo que a Mesa não faz comentários acerca da mesma, mas referiu que cumpre dizer como Presidente da Assembleia que na reunião de quatro de dezembro de dois mil e vinte e um, que foi transmitida online, ficou registada em ata, sendo que o Senhor Vítor Mendes vai poder rever essa ata brevemente publicada na página da Assembleia Municipal, reforçando que a norma neste momento será que assim que forem aprovadas, serão libertadas e que o Senhor Deputado Municipal Jorge de Castro teve uma intervenção crítica em relação à Biocompost, nessa Assembleia, e que poderá ter acesso ao que foi exarado em ata relativo à sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal Jorge de Castro, no uso da sua palavra, e em resposta à intervenção do Senhor Vítor Mendes, disse que iria ser breve pois o Senhor Presidente da Assembleia já respondeu por ele anteriormente, no entanto, deixou claro que em todas as reuniões em que têm estado presente, chamou a atenção para a situação da Biocompost, dizendo que o Senhor Vítor Mendes têm a obrigação de saber que desde o princípio e assumindo, foi um dos promotores do abaixo-assinado, deixando claro que nunca mudou a sua opinião relativo ao que se passa em relação à Biocompost, e que só não comentou esse assunto nesta Assembleia derivado ao Presidente da Mesa ter falado na Assembleia Temática que vai levar a efeito, achando que não valia a pena voltar a falar no assunto. Referiu que se deve falar nas

20	117
Livro	Folhas

coisas nas alturas próprias até surtirem efeito, e atendendo a que já estão a surtir efeito não adiantava mais falar no assunto, terminando assim o seu esclarecimento. - O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da sua palavra, começou por dizer que em relação às visitas que se fez, houve inspeções às empresas por parte da Direção Geral de Agricultura e Pescas, da Direção Geral dos Serviços de Alimentação e Veterinária e outras, e que de lá saem um conjunto de compromissos, e também das empresas de forma a melhorar algo que pode ser melhorado, reforçando que houve um compromisso de se fazer alguns melhoramentos, sendo que o Senhor Presidente disse aos inspetores que está tudo bem, e aceitar de ânimo leve o que é dito, não é fácil, dizendo que tem quatro dossier's que relatam esses autos, faltando o último que não chegou ainda, mas que será anexado ao mesmo para que em dois de abril se possa debater na Assembleia Temática, pedindo ao Senhor Vítor que venha um pouco mais cedo nessa Assembleia ou num dia que tenha disponibilidade e que possa olhar para os dossier's que foram bem organizados pelo técnico Eng.º Hugo Azevedo, responsável pelo Ambiente da Câmara Municipal, o que já agradeceu. Disse também aos presentes que se quiserem saber o que se passou até à data e saber de quem é a responsabilidade e quais são as responsabilidades do Município acha que ficam devidamente esclarecidos. Não está contente com essa situação, e que gostava que a Câmara Municipal tivesse mais capacidade, e se se continua todos os presentes a pressionar as entidades para falar com os empresários melhorarem esta situação, se se continua a falar com os munícipes no sentido de aguardarem um bocado para fazerem alguns investimentos, cujas empresas entendem que são necessários, deixando a indicação de que as empresas também querem resolver o problema, pelo menos é essa informação que transmitem, é um trabalho conjunto e foi aquilo que referiu aquando da Tomada de Posse. Todos



querem resolver a situação mas não pode ser a mal, sendo que tem que se ir a bem junto com as entidades que têm a responsabilidade do licenciamento daquelas atividades, com os empresários, com o poder político, com os técnicos para se chegar a bom porto, e que é aquilo que se está a fazer independentemente das cores políticas, convidando os presidentes de junta a estarem presentes, bem como o responsável da Assembleia Municipal, na área da Proteção Civil, e tem havido um diálogo franco, afirmando que a Câmara Municipal mais do que estas ações não conseguem, mas tudo pretendem fazer com que rapidamente consigam resolver a situação. O Senhor Presidente da Câmara informou que tem um compromisso para todos os Ferreirenses, que passa por defendê-los e resolver essa situação. Disse ainda que é um problema transversal a todos, deixando claro que não conseguem resolver em três meses o que não conseguiram resolver em trinta anos, pedindo ao Senhor Vítor Mendes que tenha essa compreensão e com noção de que todos estão a dar o seu melhor, com as devidas cautelas e dentro das responsabilidades. Os tempos não são os de antigamente em que o Presidente de Câmara tinha poder para quase tudo, sendo que os poderes são cada vez mais balizados do que algumas pessoas pensam, aproveitando para dizer que se as pessoas entendem que com pressão levam o Senhor Presidente da Câmara a tomar alguma decisão que não queira estão muitíssimo enganados, e voltando a afirmar que pressão com ele não funciona, andando de consciência tranquila. Relativamente à ETAR de Areias e no seguimento do que já tinha falado na última Assembleia Municipal, é assunto da Tejo Ambiente, sendo que o compromisso que existe entre a Tejo Ambiente e o Município de Ferreira do Zêzere, é que no segundo semestre de dois mil e vinte e dois ser colocado na ETAR um modelo de Estação de Tratamento que rondará os oitenta mil euros, sendo certo que oitenta mil euros em dois mil e dezanove ou dois mil e vinte,

não serão oitenta mil euros em dois mil e vinte e dois, derivado aos custos das coisas serão muito mais, reforçando que o compromisso que existe é que tem de ser colocado até final do segundo semestre a Estação de Tratamento, o que não acontecendo irá haver alguns problemas, terminando assim o seu esclarecimento. ----

Tomando novamente o uso da palavra, o Senhor Vítor Mendes, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, e na questão da pressão, sentindo essa pressão dirigida a ele, lembrou aos presentes de nunca ter feito pressão para o Senhor Presidente da Câmara, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que essa pressão não era para o Senhor Vítor Mendes e ficasse claro, retomando novamente a palavra o Senhor Vítor Mendes referiu que fez a intervenção e o Senhor Presidente da Câmara respondeu, entendendo que a resposta que deu se dirigiu ao Senhor Vítor Mendes. Reforçou que a sua única intervenção tem sido nas Assembleias Municipais e nas Assembleias de Freguesia, em relação ao problema levantado e não à questão política. Disse ainda que o Senhor Presidente da Câmara quando concorreu às eleições não concorreu por ser músico ou artista, concorreu como opção política que tomou, foi eleito, não podendo desligar-se do problema político, e na política existe muitas coisas, informando que não está a fazer pressão a ninguém, tomando a sua opinião pessoal quando acha que a deve tomar naquilo que considera que é justo, dizendo que se está errado da outra parte só tem é que explicar que está errado e chamar a atenção para ficar esclarecido. Continuou dizendo que neste momento até já parece uma Assembleia Municipal pois já se ouvem os Deputados Municipais a se pronunciarem sobre as situações e vendo o Senhor Presidente da Câmara responder e também ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia a tratar como deve ser tratado uma Assembleia Municipal, tratando toda a gente com respeito, situação que não acontecia até ao momento, não sendo um elogio mas uma obrigação da parte do

cidadão Senhor Vítor Mendes dizer que o Senhor Presidente da Assembleia está a cumprir o seu papel. Referindo-se à questão do Senhor Presidente da Assembleia feita no início da sessão referente ao edifício Cine-Teatro no ano de mil novecentos e setenta e cinco, diz que não conhecia, não sendo do Concelho, registou a informação, tendo pena que essa fase de mil novecentos e setenta e cinco, mas a verdade é que já se está no ano de dois mil e vinte e dois, dizendo que até pode ser que as coisas voltem, pois a ciência diz as coisas mudam-se no dia-a-dia, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondendo ainda ao Senhor Vítor Mendes pediu desculpa se entendeu que a pressão tinha sido para ele. Continuou dizendo que a pressão é para pessoas que dizem tudo nas redes sociais, não tendo a coragem de vir ao órgão devido dizer o que devem dizer, e que até há pessoas que nunca falou na vida e criticam o Presidente da Câmara e ao Município, discordando de críticas que não tem fundamento, querendo dizer a essas pessoas, que completamente descansado em relação a isso, sendo um recado para fora e não para o Senhor Vítor Mendes, reforçando que estará sempre disponível para qualquer questão que coloquem e saiba responder, terminando assim a sua intervenção. -----

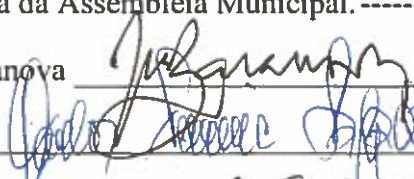
Tomando a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou os presentes que a ata da quarta sessão ordinária pública de vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e um já foi publicada no site da Câmara Municipal, no dia vinte e dois de fevereiro, e que as duas atas, estando uma delas com as correções devidas depois de assinadas serão imediatamente publicadas no site conforme tinha sido promessa aquando da primeira reunião da Assembleia e dando seguimento ao regimento, foi solicitado aos Senhores deputados que trouxessem uma fotografia

20	119
Livro	Folhas

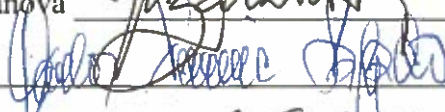
tipo passe para se poder fazer um cartão de deputado municipal, para permitir um acesso identificado à Câmara Municipal e às instituições da Câmara. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, dizendo que é uma honra presidir à Assembleia Municipal e poder sentir que todos os presentes estão a servir o povo e a população de Ferreira do Zêzere e que todos procuram dar o seu melhor, dizendo que todos tem direito à diferença, e o direito a cada uma das suas opiniões, e que quando for necessário e se todos se unirem em torno dos objetivos que são aqueles que mais interessam aos cidadãos de Ferreira do Zêzere, todos serão capazes de dizer presente a essa chamada, e agradecendo algumas das palavras que lhe foram dirigidas pessoalmente, e sendo obrigação de uma mesa ser o mais equidistante e o mais consensual quer aos senhores deputados quer ao público, no qual poderão sempre contar com o Senhor Presidente da Assembleia, e que estará sempre disponível para receber os cidadãos quando for possível para intervenção de qualquer assunto, e deu por encerrada a sessão, pelas dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

José Manuel Pinto da Silva Casanova



Carlos Ferreira Salgado



Maria Fernanda Gaspar de Moura

